
CURSO DE DIREITO
PROGRAMA DE DISCIPLINA - 3º ANO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

TIPO DA DISCIPLINA: Obrigatória

ANO DE APLICAÇÃO: 2018

EMENTA

Conceito do Direito Processual do Trabalho. Os conflitos trabalhistas. O juiz do trabalho. História do Direito Processual do Trabalho no mundo e no Brasil. A eficácia da lei processual do trabalho no tempo e no espaço. Os princípios do Direito Processual do Trabalho. A Justiça do Trabalho. As ações trabalhistas e sua classificação. O dissídio individual. O advogado no processo trabalhista. As fases do processo. Os atos processuais. O prazo no processo do trabalho. A petição inicial. A sentença. Os recursos. A execução. A penhora. Dissídio coletivo. Meios impregnativos de competência originária dos tribunais. A Constituição de 1988 e o Processo trabalhista. Prescrição trabalhista.

1. OBJETIVOS

- 1.1. Análise comparada das implicações da economia e dos movimentos sócio-políticos mundiais, na história das lutas sindicais no Brasil.
- 1.2. Identificação dos elementos externos e internos que motivaram o surgimento do Direito Processual do Trabalho no Brasil e sua evolução histórica até a atualidade.
- 1.3. Estudo da estrutura de composição da Justiça do Trabalho dentro do Poder Judiciário, limites de competência no espaço e quanto a matéria.
- 1.4. Conceituar os princípios informadores aplicados ao Direito Processual do Trabalho e identificá-los na legislação vigente.
- 1.5. Classificar os conflitos individual e coletivo do trabalho e sua multiforiedade de solução, estabelecendo as regras de elaboração da petição inicial, tipos de defesa e requisitos da instauração do dissídio coletivo.
- 1.6. Estudo do processo sumaríssimo e sua aplicação no Direito Processual do Trabalho.
- 1.7. Analisar a sentença trabalhista quanto a sua estrutura requisitos objetivos e subjetivos.
- 1.8. Dar informação objetiva detalhada de como começa, se desenvolve e termina o processo trabalhista em suas diversas fases de conhecimento, liquidação, execução e extinção.

2. CONTEÚDOS

- 2.1 . O direito processual do trabalho. Sua posição no direito processual e no direito do trabalho. Posição do direito processual do trabalho no Brasil.
- 2.2 . A multiformidade da solução dos conflitos trabalhistas.
- 2.3 . Os conflitos trabalhistas.
- 2.4 . O juiz do trabalho.
- 2.5 . História universal do direito processual do trabalho.
- 2.6 . História do direito processual do trabalho no Brasil.
- 2.7 . A justiça do trabalho como órgão do Poder Judiciário.
- 2.8 . As normas jurídicas do direito processual do trabalho. As fontes formais do direito processual do trabalho.
- 2.9 . A aplicação das normas processuais trabalhistas.
- 2.10 . A eficácia da lei processual trabalhista no tempo e no espaço. Interpretação das leis trabalhistas.
- 2.11 . O direito trabalhista, suas peculiaridades diferenciadoras do direito processual comum. Ação trabalhista e ação comum.
- 2.12 . Processo trabalhista e o processo comum.
- 2.13 . Os princípios monovalentes e os princípios setoriais no direito processual trabalhista.
- 2.14 . Características gerais dos órgãos da justiça do trabalho. Competência do Tribunal Superior do Trabalho. Competência do Tribunal Regional do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho.
- 2.15 . Questões novas decorrentes da Constituição de 1988. Mandado de Segurança coletivo. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública promovida pela procuradoria da Justiça do Trabalho. Ação direta de inconstitucionalidade.
- 2.16 . As ações trabalhistas. O conceito de ação. As doutrinas sobre a natureza jurídica da ação. Classificação das ações trabalhistas.
- 2.17 . Dissídio individual.
- 2.18 . As partes no dissídio individual.
- 2.19 . O advogado no processo trabalhista. Assistência judiciária gratuita e honorários de advogado. O estagiário.
- 2.20 . As fases do processo.
- 2.21 . A intervenção de terceiros.
- 2.22 . A sucessão das partes.
- 2.23 . Os atos processuais.
- 2.24 . Os prazos no dissídio individual.
- 2.25 . Suspensão e modos de extinção do dissídio individual.
- 2.26 . As nulidades no dissídio individual.
- 2.27 . As custas no processo.
- 2.28 . O procedimento no dissídio individual.

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

-
- 2.29 .Petição inicial. Citação. Audiência. O não comparecimento das partes e suas conseqüências. Revelia. Contestação. Exceções. Reconversão. Conciliação a inicial.
- 2.30 .Da prova. Classificação das provas. Depoimento pessoal. Testemunhas. Documentos, Perícia. Inspeção judicial. Sistema de avaliação das provas. O ônus da prova.
- 2.31 . Alegações finais e renovação de conciliação.
- 2.32 . Da sentença.
- 2.33 . Os recursos no dissídio individual. Conceito de recurso, sua evolução e sistemas recursais.
- 2.34 .As modalidades de recurso. Recurso ordinário. Recurso de revista. Embargos. Recurso extraordinário. Agravo de Instrumento. Embargos declaratórios. Agravo regimental. Correição parcial.
- 2.35 .A execução. Conceito de execução e sua modalidade. O título executivo. Citação. Penhora.
- 2.36 . Problemas relativos à execução.
- 2.37 . Dissídios individuais de procedimentos especiais.
- 2.38 . Dissídio coletivo.
- 2.39 . A função do dissídio coletivo.
- 2.40 . Competência, partes e procedimentos no dissídio coletivo.
- 2.41 . Recurso ordinário.
- 2.42 . Ação de cumprimento de dissídio coletivo.
- 2.43 . Arbitramento.
- 2.44 . Meios impugnativos da competência originária dos tribunais.
- 2.45 . Mandado de segurança.
- 2.46 . Ação rescisória.
- 2.47 . Conflito de competência.
- 2.48 . O problema da ação de inconstitucionalidade.
- 2.49 . O problema do mandado de injunção.
- 2.50 . Processos antecedentes de procedimento administrativo.
- 2.51 . Multas aplicadas pela fiscalização trabalhista.
- 2.52 . As lides da previdência social.
- 2.53 . Acidentes do trabalho.
- 2.54 . Prescrição trabalhista.

3. METODOLOGIA

O conteúdo será realizado através de Aulas Expositivas e Estudos de Casos.

4. RECURSOS



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

Será utilizado como apoio à ação pedagógica o uso de Projetor Multimídia.

5. AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será através de provas escritas.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, A. P. de *Curso prático de processo do trabalho*. 24. ed. São Paulo; Saraiva, 2015.

MARTINS, S. P. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. 32.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, A. M. *Curso de direito processual do trabalho*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

6.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARRION, V. *Comentários à consolidação das leis do trabalho*. 38.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARTINS FILHO, I, G, da S. *Manual esquemático de direito e processo do trabalho*. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, A. de. *Manual de prática trabalhista*. São Paulo: Atlas, 2013.